

Jornal do Professor

Adufg
SINDICATO

EDIÇÃO ESPECIAL – ELEIÇÃO REITORADO – GESTÃO 2014/2017

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO II – Nº 7 – JUNHO DE 2013

EDITORIAL

UFG – Consulta à comunidade

No dia 20 de junho de 2013, professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes irão às urnas para escolher o novo reitor. Este é um momento diferenciado na UFG, porque apenas uma chapa apresenta-se como candidata. A apresentação de candidaturas é livre, desde que o candidato tenha o título de doutor, ou seja, no mínimo adjunto IV. Os reitores das universidades federais e públicas eram escolhidos através de uma lista tríplice elaborada pelos conselhos universitários.

O processo de escolha mudou a partir da abertura política e com o fim da ditadura. Nesta ocasião as universidades federais e públicas adotaram um modelo mais democrático de escolha — através do sufrágio universal — dos reitores. Nas universidades privadas é o dono da empresa que indica o reitor. O processo de nomeação dos reitores nem sempre foi linear. Em alguns momentos, o professor eleito na consulta não foi o nomeado. O governo federal tem o poder institucional do canetão, de nomear a pessoa que considerar mais adequada: pode ser o primeiro ou terceiro da lista. A lista tríplice elaborada pelo Conselho Universitário, ainda é uma realidade e uma exigência.

O processo eleitoral adotado pelas universidades federais e públicas é apenas uma consulta à comunidade acadêmica. A decisão final cabe ao Ministério da Educação (MEC).

Marília Almeida

‘Certeza da continuidade’



Manoel Chaves e Orlando do Amaral concedem entrevista na sede da Adufg Sindicato, em que abordam questões políticas, administrativas e projetos para a universidade **Páginas 6 a 12**

- Em entrevista ao **JP**, professores Orlando do Amaral e Manoel Chaves, candidatos únicos a reitor e a vice-reitor, afirmam que a “UFG está no rumo certo”. Intencionam consolidar projeto de expansão implantado pelo reitor Edward Brasil
- “Edward tem qualidades que fizeram com que se tornasse uma quase unanimidade na universidade. Isso nos coloca um desafio muito grande”, afirma Orlando, que se disse surpreso com ausência de concorrentes
- Escolha do diretor do Câmpus Catalão como candidato a vice “concretiza uma universidade com presença no interior muito forte”, dizem, mas admitem as dificuldades de infraestrutura e de pessoal nos campus
- Chapa elege o orçamento como o maior problema da universidade e garante soluções para a falta de incentivos a projetos interdisciplinares e para as deficiências na assistência estudantil a alunos cotistas

Contatos com a redação

(62) 3202-1280

jornaldoprofessor@adufg.org.br

HUMANIDADES: ‘CIÊNCIAS COM FRONTEIRAS’

Opinião, Página 4

COLEMAR NATAL E SILVA (1961 - 1964)

Um dos fundadores e primeiro reitor da UFG, empresta o nome ao câmpus do Setor Universitário. Lecionou na antiga Faculdade de Direito de Goiás, hoje Faculdade de Direito da UFG. Criou o jornal opinativo universitário *Quarto Poder* e o Centro de Estudos Brasileiros (CEB), ambos fechados pela ditadura militar, que também o afastou da reitoria da universidade. Faleceu em 1996, em Goiânia.



Adufg

17ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Rosana Maria Ribeiro Borges
Presidente

José Wilson Nerys
Vice-presidente

Elias Nazareno
Diretor Secretário

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Beneval Rosa
Diretor Administrativo

Flávio Alves da Silva
Diretor Adjunto Administrativo

Antônio César de Oliveira
Diretor Financeiro

Lucilene Maria de Sousa
Diretora Adjunta Financeira

Carlos Alberto Tanezini
Diretor para Assuntos dos
Aposentados e Pensionistas

Rui Yamada
Diretor Adjunto para
Assuntos dos Aposentados e
Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO
DOS DOCENTES DAS
UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO II - Nº 7 - JUNHO 2013

Projeto idealizado por
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Projeto gráfico e diagramação
Cleomar Nogueira

Repórter
Frederico Oliveira

Publicação mensal

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Flexgráfica

Contato
jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás
Fone: (62) 3202-1280

Produção e edição
Assessoria de Comunicação
da Adufg Sindicato

As eleições na

Fórum de Mobilização dos Professores da UFG em Defesa da Universidade*

Mais uma vez a UFG vive um momento importante de sua trajetória. Poucos meses após um dos mais importantes e significativos momentos de mobilização de seus professores, servidores técnico-administrativos e estudantes vive-se um processo eleitoral que não reflete a riqueza política, intelectual e organizativa suscitada pela experiência da greve e nem a atual ofensiva contra a universidade pública. A greve abalou fortemente o conformismo que parecia reinar em relação aos rumos da universidade e as consequências do Reuni. Abalou os próprios movimentos da cúpula do poder na universidade, obrigando-a a se movimentar e redefinir sua estratégia eleitoral.

Neste sentido, o fato de haver apenas uma candidatura contribui para recuperar as forças instituídas, restaurando o alheamento da comunidade universitária frente às grandes questões e uma relação puramente pragmática das instâncias representativas da comunidade universitária e da reitoria com o MEC em favor da preocupação exclusiva com as tarefas do dia-a-dia e da satisfação em ver a universidade transformada num "canteiro de obras". Esta candidatura busca recompor o poder que foi abalado durante a greve,

por meio da fragmentação corporativa entre professores, servidores técnico-administrativos e estudantes, dificultando a necessária luta comum em defesa da universidade.

No atual processo eleitoral fica-se com a impressão de que a eleição para reitor transcorre como se nada devesse ou pudesse ser discutido, como se a sucessão no comando da universidade fosse mais um ato rotineiro e burocrático de suas instâncias diretivas, onde a comunidade universitária é convidada a simplesmente referendar e legitimar decisões tomadas sem sua participação, como se da futura reitoria não dependessem atos e posicionamentos cruciais para o que está em curso e para o que virá. O calendário eleitoral é seguido de acordo com um automatismo orientado para se evitar o debate e a emergência de diferentes opiniões, dando a nítida impressão de que o ímpeto de mobilização e crítica renascido no ano passado deva entrar em "coma induzido". Esta situação não contribui para a superação dos desafios impostos à UFG e à universidade pública brasileira. Ao contrário, favorece a precarização do

serviço público e a privatização da universidade "a partir de fora", submetendo-a à lógica do mercado, e "a partir de dentro", favorecendo os interesses exclusivistas e a mercantilização do trabalho acadêmico.

Porém, a mobilização da comunidade universitária da UFG demonstrou que a inserção de significativo contingente de professores ao quadro docente reanimou as forças em favor da defesa incondicional de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Revelou, igualmente, a ineficácia da tendência ao pragmatismo desprovido de reflexão e debate, conformado com os argumentos que pregam o altruísmo da universidade diante das contingências impostas pelo mercado. Tal perspectiva alimentou o movimento que iniciou a greve, atuou em suas assembleias e cumpriu papel decisivo no esforço de mobilização, e alimenta hoje a postura daqueles comprometidos com a luta dos professores eleitos para o Consuni, o Cepec, o Conselho de Curadores e o Conselho de Representantes da Adufg Sindicato. Isto significa que hoje a UFG vive um momento diferente, que demanda a superação das velhas práticas e posicionamentos.

Como movimento social aberto, democrático e pluralista, nascido da mobilização concreta da comunidade universitária na última greve, não de qualquer articulação artificialmente construída para fazer proselitismo e/ou disputar cargos, o Fórum Docente da UFG avalia que o atual momento é crucial para que a comunidade universitária e a sociedade discutam e se posicionem acerca de problemas e questões decisivas apresentadas no último período, tais como as consequências do processo de desestruturação da carreira docente e de quebra da autonomia universitária regido pela Lei 12.772, aprovada no dia 28 de dezembro do último ano; a posição da UFG acerca da adequação ao novo código de Ciência e Tecnologia; a proposta governamental de criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que retira direitos dos servidores e submete uma estrutura fundamental do aparato universitário (o HC) à lógica do mercado; os graves problemas de infraestrutura por que passa a UFG e as péssimas condições de traba-

“O fato de haver apenas uma candidatura contribui para recuperar as forças instituídas, restaurando o alheamento da comunidade universitária frente às grandes questões e uma relação puramente pragmática das instâncias representativas da comunidade universitária e da reitoria com o MEC em favor da preocupação exclusiva com as tarefas do dia-a-dia e da satisfação em ver a universidade transformada num 'canteiro de obras'”



JOSÉ MARTINS D'ALVAREZ (1964)

Reitor *pro tempore*, odontólogo, indicado após o afastamento de Coleman Natal e Silva da reitoria. D'Alvarez exercia o magistério superior no estado do Rio de Janeiro quando foi convocado para assumir a UFG. Extinguiu o CEB e os professores que faziam parte da instituição foram demitidos.

UFG e os desafios atuais

lho vigentes; a discussão e elaboração do novo estatuto da UFG. Estas são questões que merecem um posicionamento claro da comunidade universitária e que devem ser exaustivamente discutidas no atual processo eleitoral.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que a Lei 12.772, aprovada no final do ano passado, não só não anula nossas perdas salariais atuais e futuras como submete a carreira docente a um processo de flexibilização e perda de direitos ainda não visto desde que esta foi regulamentada em 1987. Os pontos mais preocupantes são a quebra da autonomia universitária, principalmente no que toca aos processos de progressão e promoção, a quebra da unidade entre ensino, pesquisa e extensão em favor do “aulismo”, e a abertura para a submissão formal e legal do trabalho de pesquisa aos interesses da iniciativa privada. Finalmente, além de não anular completamente as perdas salariais sofridas desde 2010, os reajustes previstos não superam as perdas que os professores sofrem atualmente e que sofrerão até 2015 frente à atual escalada inflacionária. Portanto, é crucial que a lei seja alterada em diversos pontos e que novos reajustes salariais sejam obtidos sob pena da universidade pública brasileira sofrer um processo irreversível de descaracterização.

O mesmo vale para a tentativa de submeter a universidade pública ao novo código de Ciência & Tecnologia, privilegiando a pesquisa orientada pelos interesses do mercado e favorecendo um verdadeiro “salve-se quem puder” entre pesquisadores e estudantes, abrindo brecha para fontes alternativas de rendimento e quebrando o princípio da isonomia.

Na questão da Ebserh a proposta governamental expressa a clara tentativa de submeter à lógica do mercado um serviço essencial oferecido pela universidade à sociedade, fundamental também na formação profissional dos alunos de diversos de seus cursos de graduação. Sob o argumento de que a Ebserh racionaliza o funcionamento dos hospitais universitários e reduz custos para as universidades, a proposta

governamental favorece as empresas que atuam no setor de saúde, retira direitos dos servidores públicos, pois o regime de trabalho dos trabalhadores da Ebserh é regido pela CLT, não pelo estatuto do servidor público, e cassa a autonomia universitária, pois as universidades que aderirem à proposta perderão o controle sobre seus respectivos hospitais. Não surpreende que diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil manifestaram total repúdio a esta proposta do governo. Para o Fórum Docente o serviço público deve ser fortalecido e ampliado, não substituído por interesses empresariais e pela iniciativa privada, financiada com recursos públicos, é bom que se diga.

Outro ponto que merece ser discutido e requer solução urgente é o problema da infraestrutura e das condições de trabalho. Em diversas unidades da UFG se apresentam péssimas condições estruturais, dificultando ou mesmo impedindo o adequado trabalho de ensino e pesquisa. Prédios, laboratórios, equipamentos, acervos bibliográficos e recursos técnicos encontram-se aquém das necessidades, sucateados ou em condições impeditivas para o trabalho revelando em sua plenitude a combinação entre lentidão burocrática e/ou descaso.

Além disso, vale ressaltar que o volume expressivo de contratações ocorridas nos últimos anos deveria representar uma resposta aos quase 20 anos de estagnação

que marcaram os governos liberais anteriores. No entanto, ele vem contingenciado pela proposta de expansão, implicando em criação de novos cursos e ampliação de vagas, logo, gerando novas demandas, acrescidas às anteriores. É importante que a reitoria da UFG não vire as costas para a realidade do conjunto das universidades brasileiras, alimentando a tática de fragmentação adotada pelo governo, que beneficia os alinhados e pune as vozes dissonantes.

Enquanto isto o governo patrocina uma expansão meramente quantitativa das instituições federais, sem preocupação equivalente com a qualidade e as condições de trabalho dos docentes e funcionários. À estrutural e crescente falta de pessoal administrativo soma-se a precariedade das condições de trabalho docente, com os professores submetidos a jornadas laborais que se prolongam muito além das 40 horas semanais, num esforço permanente que não conhece férias e finais de semana. Esta situação não só afeta a qualidade do trabalho docente, como impede que a universidade desempenhe a contento sua função social, científica e cultural. A melhoria nas condições de trabalho exige um reconhecimento e

ações efetivas quanto à relação entre docentes e quadro técnico administrativo. A sobrecarga dos professores é ampliada na medida em que a condução de tarefas burocráticas, gestão acadêmica e atividades técnicas nos laboratórios das diversas

áreas são acrescidas ao excesso já observado naquelas que são inerentes à nossa função.

Finalmente, está em curso um processo de redefinição dos estatutos da UFG para o qual a comunidade universitária não foi mobilizada e sequer alertada adequadamente. Até o momento a discussão sobre o novo estatuto da UFG tem sido feita por meio de reuniões em que todos são “teoricamente” convidados, mas para as quais não há nenhum tipo de organização, chamamento efetivo ou estímulo real para a participação da comunidade universitária. As principais mudanças sugeridas até o momento restringem a participação do conjunto da comunidade universitária nos órgãos consultivos e deliberativos da universidade, apesar da aparente abertura à participação dos campus, esvaziando direitos democráticos conquistados após muita luta. Estas são questões cuja discussão merece envolver a todos, não se limitando aos gabinetes da reitoria e direções de unidade ou a reuniões carentes de efetiva representatividade, devendo envolver ativamente o conjunto dos professores, dos funcionários e dos estudantes e a própria sociedade civil. Para tanto o Fórum Docente considera fundamental a convocação de uma estatuinte, que organize um amplo processo de discussão e deliberação, que construa o novo estatuto da UFG de forma democrática e coerente com os novos desafios postos à universidade pública no último período.

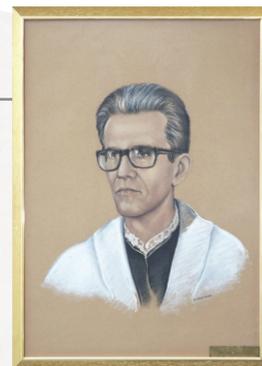
Diante destes desafios, o Fórum Docente considera fundamental que o atual processo eleitoral não seja pautado pela simples adesão pragmática a este ou aquele candidato, mas que se viabilize como um momento de ampla discussão sobre os rumos da universidade, envolvendo a comunidade universitária e a sociedade em geral.

* O Fórum de Mobilização dos Professores da UFG em Defesa da Universidade é um movimento independente de docentes, criado com a greve das Ifes de 2012. Os autores do artigo não se identificaram (o texto foi encaminhado pelo professor Cássio Tavares).

“ No atual processo eleitoral fica-se com a impressão de que a eleição para reitor transcorre como se nada devesse ser discutido, como se a sucessão no comando da universidade fosse mais um ato rotineiro e burocrático de suas instâncias diretivas, onde a comunidade universitária é convidada a simplesmente referendar e legitimar decisões tomadas sem sua participação ”

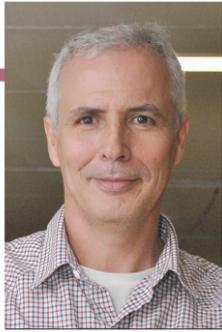
JERÔNIMO GERALDO DE QUEIROZ (1965 - 1968)

Nomeado pelo presidente Castello Branco, foi reconduzido ao cargo para um segundo mandato, ao qual renunciou. Em seu mandato, foi construída a sede da Faculdade de Direito, o curso de Jornalismo, a Engenharia Elétrica e o Colégio de Aplicação. Em depoimento sobre seu reitorado, criticou a atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) no patrulhamento ideológico durante a ditadura militar.





Luiz Mello**



Noé Freire Sandes***



Adriano Correia Silva*

Eleições para reitor da UFG, as humanidades e as licenciaturas: em busca de uma ciência sem fronteiras e de uma sociedade democrática

Até 2015 o Governo Federal prevê a concessão de 97 mil bolsas de estudos para estudantes brasileiras/os no exterior (64 mil destinadas à graduação sanduíche) e quatro mil bolsas para pesquisadoras/es estrangeiras/os no Brasil. Quantas dessas bolsas destinam-se a estudantes e pesquisadoras/es dos cursos de Ciências Sociais, Filosofia e História? Nenhuma. Isso porque o Programa Ciência sem Fronteiras, criado em dezembro de 2011 por decreto presidencial e dos ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação, sumariamente excluiu da lista de áreas prioritárias as de Humanidades, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes. Não é à-toa que o Programa já está sendo chamado de “Ciência com Fronteiras”, dado ser seu caráter discriminatório e excludente. Não há sequer justificativa para a exclusão da área de Ciências Humanas, apenas o silêncio da tecnocracia.

A confirmar que essa não é uma iniciativa isolada, mas integrante da política do governo Dilma de hierarquizar áreas de conhecimento e excluir estudantes de cursos específicos, particularmente de humanidades, das ações de estímulo à formação acadêmica, o Edital do Programa de Licenciaturas Internacionais – PLI Portugal –, divulgado em março de 2013 pela Capes, também excluiu estudantes de licenciatura de Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e História da possibilidade de realizar graduação sanduíche, com bolsa de até 24 meses em universidades portuguesas.

Deve-se também destacar que essas ações do governo federal vêm sendo formuladas num cenário em que os cursos de licenciatura, inclusive de Matemática, Letras, Biologia, Física e Química, não têm conseguido alcançar seu objetivo fundamental, que é formar professoras/es capacitadas/os para atuar

nas escolas de ensino fundamental e médio. Na UFG, por exemplo, a cada ano centenas de vagas dos cursos de licenciatura sequer chegam a ser preenchidas nos processos seletivos, ao mesmo tempo em que os índices de evasão de alunas/os são altíssimos. Claro que esse abandono dos cursos tem múltiplas causas, quase sempre externas à própria universidade e ao alcance do corpo docente e técnico-administrativo: a fragilidade da formação básica das/os estudantes, o que contribui para altos índices de reprovação nas disciplinas cursadas; as limitações socioeconômicas que obrigam estudantes de baixa renda a se inserirem precocemente no mercado de trabalho; a ausência de perspectivas profissionais promissoras depois de graduações/os, dadas as péssimas condições de trabalho nas escolas de ensino fundamental e médio, além dos baixíssimos níveis salariais.

Causa estranha, portanto, que outra iniciativa governamental – o Programa de Bolsa Permanência (PBP), instituído pelo MEC por meio de portaria em maio de 2013 – tenha excluído não apenas a grande maioria das/os alunas/os dos cursos de humanidades, mas em larga medida também as/os das licenciaturas. Isso porque o PBP, criado com o objetivo de viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos cursos de graduação, prevê a concessão de bolsas apenas para aquelas/es que, entre outras exigências, possuam renda familiar per capita

inferior a 1,5 salário mínimo e estejam matriculadas/os em cursos com carga horária média igual ou superior a cinco horas diárias. Se seguramente grande número de estudantes dos cursos de humanidades e licenciaturas atende ao primeiro critério, o mesmo não ocorre em relação ao segundo, já que raramente seus cursos possuem carga horária diária exigida. Em outras palavras, essa iniciativa do governo federal alcançará apenas estudantes de cursos já vistos como “nobres” e “socialmente valorizados”, que geralmente funcionam em período integral, deixando uma clara mensagem para as/os demais: o governo federal não está efetivamente preocupado com a evasão nos cursos de humanidades e licenciaturas e com a carência de mão-de-obra qualificada nessas áreas.

É nesse cenário que nós, diretores de faculdades das áreas de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas, acompanhamos com expectativas a eleição para reitor da UFG, prevista para os próximos dias. Trata-se, sem dúvida, de um processo eleitoral atípico, já que uma única chapa, composta pelos professores Orlando do Amaral (atual pró-reitor de Administração e Finanças) e Manoel Chaves (atual diretor do Câmpus Catalão), apresentou-se ao pleito. O debate político em torno da escolha do novo reitor da UFG não resultou em uma segunda candidatura, tampouco mobilizou diferentes visões e projetos políticos para a UFG para os próximos quatro anos. A despeito disso, tor-

remos para que os professores Orlando do Amaral e Manoel Chaves estejam atentos para a gravidade do momento atual em que se encontram os cursos de humanidades e licenciaturas. Afinal, não é possível conviver com o fosso que há muito se abriu entre a expectativa de uma universidade inclusiva e a experiência de exclusão das licenciaturas e da área de ciências humanas. A perspectiva de futuro para quem abraçar a carreira de professor/a nas escolas públicas ou mesmo nas particulares está ameaçada por essa fratura. As licenciaturas organizam uma ponte, um caminho do meio, ao indicar que todo conhecimento está voltado para qualquer ser humano em seu contínuo processo de formação. Essas exclusões são indícios do predomínio de uma visão tecnicista que aprofundará a distância entre a universidade e a sociedade.

Esperamos que o programa de gestão em construção pelos candidatos contemple, de forma explícita, o entendimento de que sem humanidades e sem licenciaturas não existem universidades. E mais: que não poupe esforços junto ao governo federal para mostrar a necessidade de interromper o *apartheid* epistemológico-científico em construção nas universidades brasileiras, cujas consequências, definitivamente, não se resumem ao aumento da evasão de estudantes e ao desprestígio de uma parcela expressiva do conhecimento científico produzido por pesquisadoras/es da área de humanidades e das licenciaturas. Afinal, ciência com fronteiras não rima com sociedade democrática.

* Adriano Correia Silva é diretor da Faculdade de Filosofia da UFG

** Luiz Mello é diretor da Faculdade de Ciências Sociais da UFG

*** Noé Freire Sandes é diretor da Faculdade de História da UFG

“ Esperamos que o programa de gestão em construção pelos candidatos contemple o entendimento de que sem humanidades e sem licenciaturas não existem universidades ”



FARNESE DIAS MACIEL NETO (1969 - 1972)

Em seu reitorado é lançada a pedra fundamental do Câmpus Samambaia. A idéia havia sido rejeitada pelo Conselho Universitário no reitorado anterior, que propunha a construção de todos órgãos e faculdades da UFG no Setor Universitário. Criou o Departamento de Comunicação Social da UFG.

NOTÍCIAS DA ADUFG SINDICATO

Vozes da Adufg se apresenta na Câmara Municipal de Goiânia

O Coral Vozes da Adufg se apresentou, no dia 22 de maio, no Encontro de Corais realizado na Câmara Municipal de Goiânia. O encontro reuniu corais de diversas instituições e empresas privadas que encantaram os presentes com suas interpretações. O repertório do Vozes da Adufg, sob a regência do musicoterapeuta e professor Siro Pontes, contou com as músicas

“Ciranda da Rosa Vermelha”, “Ai que Saudade docê” e “Sodade”. Criado em 2010, o Vozes da Adufg é coordenado pela professora Ormezin da de Melo Gervásio, que também idealizou o projeto. Além de auxiliar no desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo das pessoas, o Coral também atua no aperfeiçoamento da capacidade de pensar musicalmente.



Fotos: Frederico Oliveira

Mensalidade do Plano Adufg Sindicato/Uniodonto não terá reajuste

A Uniodonto aceitou a proposta da Adufg Sindicato e não irá reajustar o valor da mensalidade do plano odontológico. A decisão de recusar o aumento foi proposta pela Comissão de Saúde da Adufg Sindicato e aprovada na Assembleia de Renovação do Plano Adufg Sindicato/Uniodonto realizada no dia 21 de maio na

sede administrativa da entidade. Desta forma, o valor da mensalidade do plano continua em R\$ 23,10. A Assembleia também decidiu pela não inclusão do clareamento caseiro no plano e pela destinação do fundo de reserva para arcar com os custos da administração do mesmo na Adufg Sindicato.

Grupo Travessia completa três anos

O Grupo Travessia/Aposentados da Adufg Sindicato comemorou no dia 28 de maio três anos de atividade com um animado happy hour na sede da entidade. O encontro também marcou a despedida da professora Jane Sarques da coordenação do Travessia, que agora contará com uma equipe coordenadora eleita pelos membros do grupo. Em uma apresentação organizada por Jane, os presentes puderam relembrar por meio

de fotos os momentos memoráveis proporcionados pelo Travessia, como as viagens e as exposições de arte. No dia 14 de junho, o Grupo Travessia/Aposentados da Adufg Sindicato realiza seu primeiro sarau.

O grupo foi criado em 28 de maio de 2010 com o objetivo de reaproximar os professores aposentados da UFG e promover atividades de cultura, lazer, saúde e informação para os participantes.



Fotos: Frederico Oliveira

PAULO DE BASTOS PERILO (1973 - 1977)

Promoveu a reforma do Planetário da UFG. Em 1973 foi criada a Biblioteca Central, no prédio da Faculdade de Direito. Até então o acervo bibliográfico era dividido em diversas bibliotecas. Em 1977, a reitoria e uma extensão do Restaurante Universitário se instalaram no Samambaia. Na época, as refeições eram trazidas do Setor Universitário para o novo câmpus.



‘Candidatura representa certeza de que continuaremos no rumo certo’

“Obviamente, somos outra chapa, uma outra gestão, temos nossas identidades”, ressalta o professor Orlando Valle do Amaral, em entrevista ao **JP**, no dia 17 de maio. Acompanhado do candidato a vice Manoel

Chaves, o candidato a reitor afirma não ter programa de gestão fechado, mas indicou a continuidade do modelo implantado pelo atual reitor Edward Brasil.

Orlando se diz surpreso com a ausência de concorrentes nas eleições, elege a questão orçamentária como o maior problema da universidade e sinaliza para investimentos em programas de internacionalização da UFG. Ele reconhece a falta de incentivos a projetos interdisciplinares e deficiências na assistência estudantil para alunos cotistas, mas promete criar estruturas

para solucionar esses problemas. Confira esses e muitos outros assuntos abordados na entrevista

QUEM É QUEM

• Orlando Afonso Valle do Amaral

Graduado e mestre em Física (UnB), doutor em Física pela University of Sheffield (Inglaterra). É pró-reitor de Administração e Finanças da UFG

• Manoel Chaves

Graduado pela primeira turma de Geografia do Câmpus Catalão (UFG), mestre e doutor em Geografia (Unesp). É diretor do Câmpus Catalão

Marília Almeida



Manoel Chaves e Orlando do Amaral, concedem entrevista na sede da Adufg: formação da chapa, com vice de Catalão, é indicativo de um projeto para fortalecer os campus do interior

Jornal do Professor - Como foi a construção da candidatura e por que do projeto de ser reitor?

Orlando Afonso Valle do Amaral - Minha candidatura não nasce de um projeto pessoal, individual. Fui candidato a reitor em 2001, concorri com a professora Milca (Severino), quando ela se candidatou à reeleição. Voltei ao Instituto de Física e ao final do segundo mandato da professora Milca optei por não ser candidato e apoiar o professor Edward (Madureira, atual reitor), sabendo que ele era uma liderança emergente e que teria um papel importante, naquele momento, de unificar a universidade, que saiu muito dividida naquele processo. O Edward surgiu como a liderança capaz de superar a divisão na universidade. Então assumi a Pró-reitoria de Administração e Finanças nesses dois mandatos do professor Edward. Minha trajetória, como candidato e ocupando outros postos na universidade (diretor de unidade, chefe de departamento, coordenador de Assuntos Internacionais, diretor executivo da Funape), acho que me deram um conhecimento bastante amplo da universidade e me qualificaram para postular essa posição. Muitas pessoas me procuraram me incentivando a ser candidato novamente. Minha candidatura surgiu desse processo todo, desse movimento de apoio a meu nome. A partir daí o processo foi de pensar em outra pessoa para compor a chapa como vice. O nome do Manoel Chaves apa-

receu naturalmente por sua liderança e experiência como diretor do Câmpus Catalão por dois mandatos. A presença dele concretiza o fato de que a universidade hoje é essencialmente diferente daquela que nós tínhamos no passado, é uma universidade com presença no interior muito forte. Essa combinação, um candidato de Goiânia com um candidato do interior é uma consequência natural do crescimento da universidade. Essa chapa também combina o fato de eu ser originário de uma área tecnológica (Física) e o professor Manoel ser da área de humanidades (Geografia). Essa combinação é inédita na universidade.

JP - Temos publicado reportagens sobre as dificuldades dos campus no interior, principalmente no que se refere à infraestrutura. Como a presença do vice do Câmpus Catalão garantiria mais autonomia aos campus do interior?

Manoel Chaves - A universidade vive um momento importante da sua expansão, coroando um esforço de mais de duas décadas desse processo. Isso se inicia a partir dos investimentos federais da expansão fase 1, no final de 2005. Então o primeiro mandato do professor Edward recebe isso no início de 2006, com recursos já cortados e todo o projeto por fazer. Com a expansão dos dois campus, de Catalão e Jataí (Goiás não entrou na expansão fase 1), nos comprometemos a implantar



JOSÉ CRUCIANO DE ARAÚJO (1978 - 1981)

Institucionaliza a política de extensão universitária na UFG, criando a Coordenação dos Órgãos e Serviços de Extensão da UFG. Propõe a criação de Pró-Reitorias, ação que é aprovada pelo MEC e realizada posteriormente. A criação da então Associação dos Docentes da UFG (Adufg) ocorreu durante seu reitorado, em 1978.

mil vagas no processo seletivo. Mil vagas a mais para dois campus que ofertavam menos de 300 vagas. Então a expansão nos colocou essa dificuldade, e óbvio, com uma infraestrutura absolutamente defasada. O que foi pactuado em termos de recursos e de vagas foi honrado, o que ocorre são problemas de empresas, que atrasaram as obras. Mas a infraestrutura pactuada está sendo executada, obviamente com muita dificuldade. A vantagem desse processo para além da infraestrutura é o aporte de recursos humanos, porque há um outro projeto embutido na expansão que é interiorizar também a qualidade do ensino público. Esse diferencial começa a ser visível no campo da pesquisa e da pós-graduação. Catalão e Jataí hoje, se não me engano, têm 13 mestrados, o que atrai para o interior outro formato de fomento e de qualidade. Estamos em um processo de consolidação extremamente importante. Temos problemas de infraestrutura, assim como Goiânia também tem, mas acho que estamos diante de um projeto grandioso de consolidar essa expansão, principalmente agora, com a construção dos dois novos campus, de Aparecida de Goiânia e de Cidade Ocidental. Mais um desafio para nós.

JP - Quais as implicações políticas de uma candidatura única?

Orlando - Obviamente não é uma escolha nossa, quer dizer, a comunidade escolheu candidatura única, o processo eleitoral estava aberto a qualquer membro da comunidade que atendesse aos requisitos para ser candidato. Para nossa surpresa não apareceu outra candidatura. Quando o professor Edward foi candidato

à reeleição, e foi candidato único, isso não causou uma grande surpresa, porque estávamos no meio da implantação do Reuni, a gestão com uma credibilidade muito alta, então era mais ou menos natural. Naquela época achávamos e prevíamos que ao final do segundo mandato do professor Edward haveria sim mais candidaturas. Então foi uma surpresa para nós. Numa análise preliminar, diria que a comunidade está vendo esta gestão como muito positiva e a nossa candidatura representa uma certeza de que a gente vai continuar nesse rumo, que o rumo está correto. Obviamente, somos outra chapa, uma outra gestão, temos nossas identidades, mas adquirimos uma credibilidade junto à comunidade que talvez tenha formado um certo consenso de que estamos no rumo certo.

JP - O professor Edward deixará como herança uma reitoria muito próxima e acessível à comunidade acadêmica. Que desafio essa herança lhes impõe?

Orlando - O professor Edward estabeleceu um patamar muito alto de gestão. Em vários aspectos, ele foi um reitor diferenciado, exatamente por isso, essa capacidade de aglutinar, ser acessível, presente, atuante, humilde, dedicado 24 horas por dia à universidade. Edward tem muitas qualidades que fizeram com que se tornasse uma quase unanimidade na universidade. Isso nos coloca um desafio muito grande, de manter esse nível de gestão. Temos consciência da enorme responsabilidade, sobretudo sendo candidatura única. Mas nossa disposição é de, junto com a comunidade, perseguir e superar esse desafio, de fazer uma universidade cada vez melhor e maior, com qualidade entre as melhores universidades brasileiras.

Manoel - Costumo colocar o diferencial que está sendo essa gestão quanto à aproximação com os campus. Nesses 30 anos (de fundação dos campus Jataí e Catalão), temos um longo trajeto de relações difíceis com a sede, por ene razões. A característica de extensão, por si só, já dá uma natureza de conflito, porque os cursos de Catalão tinham que ter uma natureza acadêmica e pedagógica dos cursos de Goiânia, mesmo com diferenças qualitativas. A gestão



Fotos: Marília Almeida

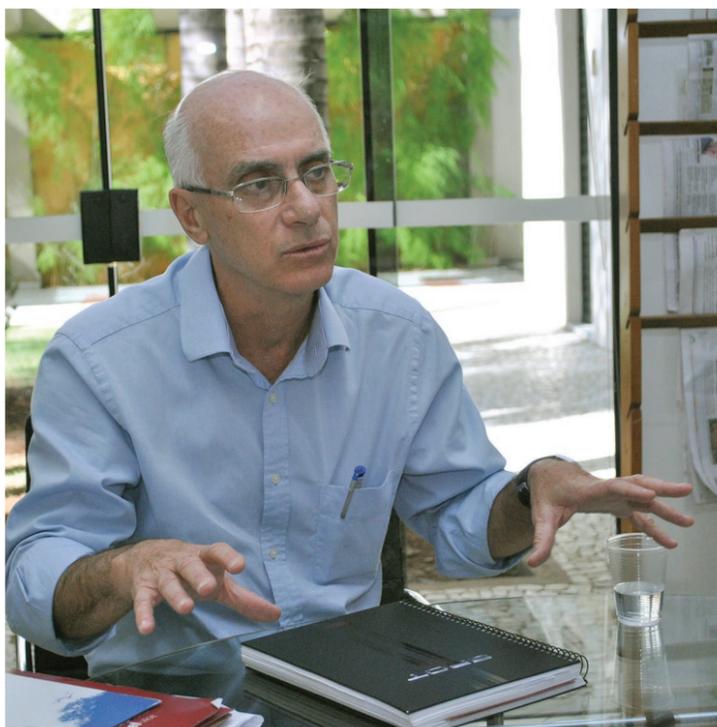
Manoel: projeto grandioso de consolidar a expansão

do professor Edward procurou de forma comum a solução para os problemas, que eram muitos, o que sem essa proximidade seria extramente difícil. Essa foi uma marca muito forte da atual reitoria, do Edward e dos atuais pró-reitores, uma presença muito forte que nos dava uma certa confiança na tomada de decisão. A composição (da chapa) é o esforço de representar a universidade como um todo.

JP - Licitações e obras da UFG já chegaram a superar em 80% os recursos pactuados com o governo federal, uma demanda suprimida por meio de emendas parlamentares e de uma boa interlocução com o Executivo federal. Como vocês pretendem expandir a alocação de recursos?

Orlando - O dado é correto, mas tem uma separação. O que foi acordado na época do Reuni é que a universidade, para fazer a expansão que fez, teria investimentos da ordem de R\$ 80 milhões, para obras e equipamentos, fora contratação de pessoas e investimento em custeio. Ao final do Reuni recebemos recursos da ordem de R\$ 130 milhões, então só da parte do Tesouro tivemos mais de 50% do que foi acordado em 2007. O restante veio sim de emendas parlamentares, individuais ou emendas de bancas. Aí tem que ser feito um destaque muito especial ao professor Edward, que ao longo desses dois mandatos abriu um diálogo muito forte com a bancada. Gradativamente ao longo desses anos temos sido, ano a ano, contemplados com um

“ (A falta de chapas concorrentes) foi uma surpresa para nós. Diria que a comunidade está vendo esta gestão como muito positiva e que a nossa candidatura representa uma certeza de que a gente vai continuar nesse rumo, que o rumo está correto. Obviamente, somos outra chapa, uma outra gestão, temos nossas identidades ”



Orlando: desafio de manter padrão estabelecido por Edward

MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO (2008/2012)

Natural de Catalão, foi a primeira mulher a assumir a reitoria de uma universidade federal no Brasil. Lecionou na Faculdade de Educação. Auxiliou na criação da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins, futura UFT), onde também foi reitora. É escritora, membro da Academia Goiana de Letras e Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás.



volume maior de emendas dos parlamentares goianos. É um trabalho louvável. Dos estados brasileiros, estamos entre as universidades mais contempladas em termos de emendas. Só para ter dimensão desse aporte em nosso orçamento, o nosso novo Hospital das Clínicas, um edifício de 20 andares, que após sua conclusão vai resultar no maior hospital público do centro-oeste, está sendo construído essencialmente com emendas parlamentares.

JP - Como pretendem manter essa qualidade de interlocução com o Congresso?

Orlando - Acho que esse canal foi aberto e consolidado nesse período. Nossa tarefa hoje é muito facilitada em relação ao que era antes. Estamos herdando um patrimônio nessa relação com o Congresso, não será difícil dar continuidade em algo proveitoso para ambas as partes.

JP - Uma possível eleição do professor Edward à Câmara dos Deputados ajudaria nessa interlocução?

Orlando - Não tenho dúvida nenhuma de que a presença do professor Edward na Câmara ajudaria muito. Ele facilitaria ainda mais esse canal de comunicação com os parlamentares. Acho que o Congresso lucraria muito também com a presença de uma liderança do porte do professor Edward. Seu acúmulo de experiência, o conhecimento que ele tem hoje não só da nossa universidade, mas do sistema universitário brasileiro, o trânsito que ele tem nos vários órgãos de Brasília, ministérios, nas empresas públicas e privadas...

Manoel - Acho que Goiás ganharia qualitativamente se o professor Edward fosse candidato, eleito e compusesse a bancada goiana. Seria um toque de qualidade muito grande. É uma liderança nova, emergente e de muita qualidade...

Orlando - E vindo de um meio que é muito exigente, de muita reflexão.

JP - Nomeados, como será a escolha dos assessores?

Orlando - Não estamos nessa fase ainda. Nesse estágio da campanha, a preocupação maior é agregar as pessoas, ouvir muito, percorrer a universidade toda, construir uma carta-programa. Estamos construindo uma proposta. Não tínhamos a pretensão de ter um documento pronto. Fizemos um chamamento para contribuir com essa discussão, o que tem sido feito com

Marília Almeida



Manoel: Goiás ganharia qualitativamente com Edward em Brasília

regularidade a partir do lançamento da candidatura. Todas as pessoas foram convidadas a participar desse processo, uma parte muito representativa da comunidade está ajudando, estudantes, professores e servidores técnico-administrativos. A composição da equipe será um pouco o resultado desse processo, algumas pessoas estão participando muito ativamente e obviamente poderão ser aproveitadas numa próxima gestão. A formação da equipe é um trabalho difícil, é preciso dar unidade de filosofia, de condução, linha de atuação, muitas variáveis vão nos nortear na escolha da equipe. Pessoas de liderança são muitas na universidade, que é repleta de pessoas muito qualificadas que poderiam compor a gestão. Com certeza não teremos dificuldade de montar uma equipe da mais alta qualidade.

JP - Quais são os principais problemas da universidade brasileira hoje, da UFG em particular?

Orlando - Na universidade brasileira, ainda é um problema o seu orçamento. Embora tenha recebido um aporte muito significativo nos últimos anos, a gente reconhece isto sempre, é bom lembrar que o Reuni, que permitiu esta expansão toda da universidade do período de 2007 a 2012, se encerrou em 2012. Nós da UFG cumprimos muito bem aquilo que foi pactuado, no entanto, todo este processo, embora tenha resolvido muitos problemas na universidade, do ponto de vista da infraestrutura e do pessoal docente - do pessoal técnico-administrativo não resolveu. Continuamos com esse problema muito sério, um dos grandes gargalos,

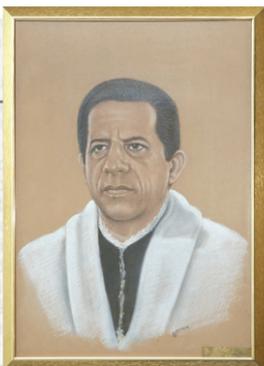
que é a carência de servidores técnico-administrativos. Com a conclusão do Reuni nós praticamente dobramos o número de professores na universidade, quase todos contratados com a qualificação de doutor. A universidade está sendo continuamente demandada, uma demanda muito qualificada para atender esta comunidade ávida por condições de trabalho e de pesquisa. O orçamento hoje é muito limitado para atender esta demanda. Nós temos um problema sério que é o número de recursos utilizados para o pagamento das terceirizações. As terceirizações aumentaram bastante na universidade exatamente pela falta de técnicos. Isto acontece

no caso de vigilantes, pessoal da limpeza, motorista, recepcionista, todos estes cargos não existem mais na estrutura de cargos do serviço público federal, então nós somos obrigados a terceirizar para dar conta da demanda, e é uma demanda crescente. Então a questão do orçamento é uma questão sempre presente, e vai continuar sendo. Outro problema é o da evasão dos nossos alunos, sobretudo nos cursos de formação de professores, nos cursos de licenciatura.

JP - Na UFG?

Orlando - Em todas as universidades. Na UFG também. Nós temos, o país tem uma carência de professores nas áreas de Física, Química, Matemática, História, Filosofia e a procura por estes cursos tem sido baixa e a evasão nestes cursos é muito alta. Então este é um problema muito complexo, a solução dele não depende apenas da universidade, porque depende de uma série de políticas de apoio também, do salário deste professor, do egresso destes cursos de licenciatura, porque se você não tem uma carreira atrativa lá fora, o curso se torna pouco atrativo. Um outro, não diria que é um problema, mas um desafio, é o desafio da internacionalização. A universidade cresceu muito, avançou muito e naturalmente isto conduz à necessidade de uma maior cooperação entre grupo de pesquisa de professores, na qualificação de pessoas no exterior, no acolhimento de professores estrangeiros e na mobilidade estudantil. O governo tem um programa muito ambicioso de enviar ao exterior 100 mil estudantes nos próximos três anos. Hoje já

“Esse canal (de interlocução com o Congresso) foi aberto e consolidado nesse período. Nossa tarefa hoje é muito facilitada em relação ao que era antes. Estamos herdando um patrimônio nessa relação, não será difícil dar continuidade em algo proveitoso para ambas as partes”



JOEL PIMENTEL ULHÔA (1986 - 1989)

O primeiro reitor eleito com voto direto, Ulhôa atuou fortemente na construção da infraestrutura da UFG. Em seu reitorado foram construídas a Biblioteca Central, o Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP) e a Faculdade de Odontologia, por meio de recursos do MEC e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

tem 40 mil estudantes brasileiros de graduação no exterior, com bolsa de estudo, no Ciência sem Fronteiras. É um programa extremamente ambicioso e sinaliza que a internacionalização entrou na pauta do governo. Se nós quisermos dar um salto qualitativo, sobretudo, em todas áreas, mas na área de pesquisa e pós-graduação, este é um passo obrigatório. São muitos os desafios, eu mencionei apenas alguns.

JP - É um desafio, inclusive existem críticas ao Ciência sem Fronteiras porque não atende a área de humanidades.

Orlando - Exatamente, o Ciência sem Fronteiras tem um foco na área das ciências mais tecnológicas, e isto de fato é muito ruim para a universidade, porque os estudantes destas áreas se sentem desmotivados e desprestigiados nesta escolha. Para mudar isto, tem que haver uma pressão de todos nós, reitores, da sociedade, destas áreas das humanidades, para sensibilizar o governo da importância deste programa ser estendido para outras áreas também. A matriz da universidade brasileira é centrada na área de humanidades. Nós começamos a universidade por esta área, e as áreas da humanidades não podem ficar em segundo plano.

JP - É projeto da chapa reforçar isto?

Orlando - É um projeto da chapa reforçar a internacionalização. Ter mecanismos de fomentar e incrementar as ações internacionais da universidade. Este não é um desafio simples, porque não é barato fazer cooperação internacional, as viagens são caras, são difíceis, implicam em traslados complicados, mas eu tenho certeza que existe na universidade hoje um potencial de cooperação internacional muito grande, uma demanda repressada enorme, e existindo um mecanismo de apoio a estes projetos de intercâmbio e cooperação internacional tenho absoluta certeza que a demanda será enorme. Uma ação diretamente relacionada à internacionalização é criar mecanismos para que nosso aluno tenha uma segunda língua, seja na estrutura curricular em si, que é na reitoria, mas que cada unidade tenha autonomia e competência para fazer isso. Mas independente da estrutura curricular, a universidade deve possibilitar ao nosso estudante o ensino de língua, a exposição a uma língua estrangeira, com eventos, conferências, material em outras mídias. Muitos alunos estão perdendo oportunidade porque não têm segunda língua. A informação do ministro (da Educação, Aloizio Mercadante), na audiência pública da Comissão de Educação do Senado, é que a partir de agora as bolsas que eram direcionadas para Portugal serão bloqueadas, porque o governo quer que o

nosso estudante tenha uma segunda língua. Então o próprio governo, no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras, já definiu que as bolsas serão para países de uma outra língua que não o Português. Dá uma dimensão da importância que o próprio governo está dando para a formação em uma língua estrangeira.

JP - O senhor citou dentre os problemas o déficit de técnico-administrativos. Alguns professores apontam o desvirtuamento das funções do professor, que passa a assumir atividades burocráticas para dar andamento a suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os professores da UFG podem esperar mais contratações de técnico-administrativos numa futura gestão de vocês?

Orlando - Eles podem e devem esperar, nós também esperamos. Agora, não está na nossa autonomia contratar mais técnico-administrativos, nós não temos esta autonomia para criar cargos, mas o próprio governo já reconheceu, isto já foi dito publicamente pelos gestores do MEC, que no próximo ano o governo vai procurar equacionar o problema dos técnico-administrativos. Há uma referência hoje que é que as universidades deveriam ter uma relação de alunos para técnicos da ordem de 15 alunos para cada técnico. Nós temos menos técnicos que esta relação.

JP - Você tem ideia deste número?

Orlando - Hoje a nossa relação é mais de 20 no geral, mas no caso de Catalão (em também Jataí) esta relação pode chegar a 60 alunos por técnico, nos campus a situação é mais crítica que aqui (Goiânia). Quanto as funções que os professores exercem, algumas que eram tradicionalmente de servidores técnico-administrativos, aí talvez mereça um comentário, que os perfis de trabalhos de servidores e dos professores também se alteraram radicalmente nos últimos anos. Eu lembro de quando eu era aluno do mestrado na UnB. Nós tínhamos uma secretária que datilografava os nossos artigos e dissertações. Era um trabalho complicadíssimo porque para datilografar equações matemáticas na área de Física, era um trabalho artesanal de uma complexidade danada, você tinha de trocar esfera (da máquina de escrever). Hoje, mesmo contratando mais servidores, é impensável que teremos uma servidora ou um servidor que vai digitar trabalho de professor. Na época, quando se começou a escassear o número de técnicos pra fazer isto, os professores também reclamaram que "agora estou tendo que datilografar os meus trabalhos, antes eu tinha uma secretária...". É mais ou menos natural que

algumas atividades o professor vai ter de assumir, da mesma forma que nas nossas casas nós não temos mais tantas empregadas como tínhamos no passado. É uma evolução que vem com o desenvolvimento das profissões, os novos perfis profissionais, isto nos afeta também. Pensar num passado onde nós tínhamos pessoas para fazer tudo para os professores, este passado eu acho que não voltará mais. Mas é claro que uma série de atividades que são especializadas, em laboratórios, nós temos carência e precisamos de mais técnico-administrativos.

JP - Alguns professores pesquisadores reclamam que têm de assumir prestação de contas de editais e que se envolvem muito nisso, e acabam se desvirtuando da pesquisa...

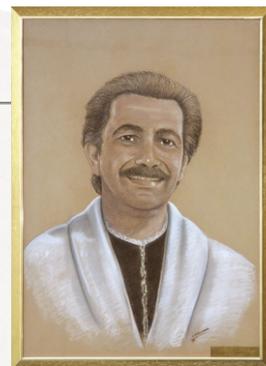
Orlando - Em alguns editais, o professor apresenta sua proposta e é contemplado com recursos que vão para a conta dele, não vai para a da universidade. Então a gestão, a universidade poderia, e eu acho que ele tem razão na demanda dele, ter um setor de apoio na orientação desta prestação de contas, elaboração de projetos. Isto pode ter e nos pretendemos fazer isto, mas nestes projetos de cunho individual, a responsabilidade é do professor, ele assume esta responsabilidade, porque é uma conta pessoal dele, abre uma conta pessoal para a gestão dos recursos do projeto, não é um recurso que vem para

“ Não tenho dúvida nenhuma de que a presença do professor Edward na Câmara dos Deputados facilitaria ainda mais esse canal de comunicação com os parlamentares. Acho que o Congresso lucraria muito também com a presença de uma liderança do porte do professor Edward ”



RICARDO FREUA BUFALÇA (1990 - 1993)

Doutor em Física Molecular pela Universidade de Sheffield (Inglaterra), Bufaiçal foi reitor da UFG entre 1990 e 1993. Inaugurou o Centro de Convivência da UFG. Faleceu em 2008, aos 62 anos. Em homenagem, o Centro de Cultura e Eventos da UFG foi batizado com seu nome.



a universidade. Todo recurso que vem para a universidade nós prestamos conta. É claro que o cumprimento do objeto, da parte acadêmica, o professor tem de fazer, onde quer que o recurso esteja, na universidade ou na conta pessoal dele.

Manoel - O professor pesquisador perde um tempo precioso em muitas destas burocracias, porque ele não é formado nisto, ele realmente perde qualitativamente no produto que ele poderia estar elaborando, uma patente que ele está perdendo tempo, concordo que pode-se pensar nesta assessoria. Agora, na questão geral do trabalho acadêmico, o próprio debate das décadas de 80 e 90 colocou para nós que a universidade, a educação na verdade, é gerida no seu todo pelo corpo docente. Setenta por cento deste peso está sobre o corpo docente, foi uma escolha dentro da própria discussão inicial da autonomia da universidade. Então, a carreira docente está realmente preparada para trabalhar nos níveis acadêmicos, na pesquisa, na extensão e na administração da universidade, é preciso deixar isto bem claro. E a carga horária didática do professor, e aí sim é uma questão para ser discutida, ela tem que estar equilibrada com estes níveis para que ele possa ter tempo de dispor. Digamos que o corpo docente de maneira geral optou por trazer esta carreira, administrar a carreira acadêmica e administrativa da universidade. Nós assumimos esta tarefa, de sermos reitores, diretores, chefes de departamento, coordenadores de curso. Porque na nossa carga horária semanal está embutido todo este processo também. Porque senão o professor constrói o discurso que tem de ter sempre alguém para fazer as coisas pra ele, mas na verdade nós escolhemos isso.

JP - O novo RGCG (Regulamento Geral dos Cursos de Graduação) descentralizou algumas atribuições da reitoria, passando assuntos acadêmicos para as coordenadorias de curso. No contexto de escassez de técnico-administrativos, isto não poderia gerar lentidão, problemas burocráticos?

Orlando - Há o problema de sobrecarga do coordenador de curso por falta de apoio administrativo maior. O cargo de coordenador de curso talvez seja um dos cargos mais duros da universidade, muito



Manoel e Orlando defendem que o professor dos tempos atuais deve estar preparado para assumir funções administrativas

sobrecarregado, uma pressão muito grande. Muitos coordenadores reclamam com razão da dedicação que têm de ter. Estamos mudando o sistema de informática, da gestão da universidade em todos os seus aspectos, acadêmico, administrativo, de pessoal. Nós importamos o sistema desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para substituir o nosso. Nosso sistema tem uma série de deficiências. E dada a carência de pessoal de informática que nós temos, optamos, esta gestão optou, no final do ano passado, comprar um sistema desenvolvido numa universidade irmã nossa. Este sistema foi está sendo utilizado em várias outras, em outras instituições não universitárias. Aparentemente é um sistema muito robusto, é um sistema que tem vários módulos, estes módulos são muito integrados, e com isto, possivelmente, a gente vai ter uma gestão melhor de todos os processos acadêmicos, incluindo os processos envolvendo a coordenação de curso.

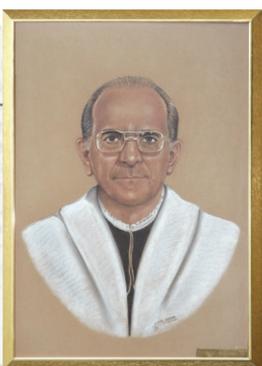
JP - Isto é para quando, professor?

Orlando - Já está em implantação. Só que diferentemente de uma importação de um sistema, de um pacote *Office*, não simplesmente se coloca o pacote lá e se põe pra funcionar, porque cada universidade é uma, com suas normas específicas. Isto já está sendo feito, nós estamos começando pelo módulo de pessoal, de férias de pessoal, e aí o próximo módulo a ser adaptado é o módulo da graduação, que é o mais urgente, mas vários outros virão juntos, que é o módulo de compras, de licitação, enfim, tem vários outros módulos que virão juntos, é um sistema que contempla todas as áreas da universidade.

JP - O programa dos candidatos prevê ampliação das ações afirmativas. Mas os professores Alex Ratts e Roberto Lima, em nossa última edição, denunciaram que o problema da inclusão se refere a um racismo institucional ainda existente na UFG, que a Lei de Cotas foi implantada apenas como obrigação, o que se refletiria na falta de políticas de permanência de estudantes cotistas. Os senhores pretendem qualificar a permanência destes estudantes cotistas? Como acompanhar as trajetórias destes alunos?

Orlando - O projeto de inclusão na UFG é anterior a Lei de Cotas e foi implantado não por obrigação, mas por escolha, a universidade escolheu fazer inclusão, escolheu criar um programa de inclusão (UFG Incluir). A Lei de Cotas veio aumentar o número de alunos que vão ingressar pelo programa de inclusão. Eu acho que é um projeto novo na universidade brasileira, eu diria que nós estamos aprendendo a fazer isto, acho que nos falta sim um pouco mais de acompanhamento dos alunos ingressantes por meio do programa de inclusão, de cotas. Vamos acompanhar de perto este aluno, fazer estudos sobre isto. Nós precisamos sim ter um grupo permanente na universidade para tratar de um acompanhamento e busca de soluções dos problemas que o nosso estudante enfrenta. Este recorte dos cotistas merece um olhar diferenciado. Tanto o professor Alex Ratts como o professor Roberto são estudiosos neste assunto e têm muito a contribuir nesta ideia de avançar mais no projeto de acompanhamento, estudo, de análise, do nosso projeto de inclusão. Precisamos fazer isto, mas acho que temos um bom momento pela frente, porque a universidade de fato tem a responsabili-

“ Com a conclusão do Reuni nós praticamente dobramos o número de professores na universidade, quase todos contratados com a qualificação de doutor. A universidade está sendo continuamente demandada, uma demanda muito qualificada para atender esta comunidade ávida por condições de trabalho e de pesquisa. O orçamento hoje é muito limitado para atender esta demanda



ARY MONTEIRO DO ESPÍRITO SANTO (1994 - 1997)

Médico, ex-diretor do Hospital das Clínicas da UFG, criou a Proec e implantou a Rede UFGNet, hoje gerida pelo Cercomp. Em seu reitorado, enfrentou escassez de recursos encaminhados pelo governo federal, o que o levou a questionar o modelo de educação pública do governo FHC. Os arquivos do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foram transferidos para a guarda da UFG durante seu reitorado.

dade social de receber este estudante e dar a ele condições de permanência. Hoje a gente tem condições muito mais favoráveis que há alguns anos atrás para ter políticas de permanência e dar condições ao estudante de ter sucesso em seu curso. Nós temos um Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), e hoje a universidade tem um recurso muito significativo no seu orçamento exclusivamente para dar suporte aos programas de assistência estudantil. E muito recentemente, no dia 13 de maio, o governo anunciou um novo programa de bolsas permanência, a parte do programa de assistência estudantil, que é um dinheiro novo, é um programa que todo aluno que ingressar na universidade, que tiver renda familiar média per capita abaixo de um salário mínimo e meio, recebe um cartão de bolsa de R\$ 400.

JP - Este valor já existia, não?

Orlando - Existia, mas dentro do programa de assistência estudantil. Nós tínhamos de reservar um valor dentro da assistência estudantil, para dar suporte a este programa de bolsa permanência. Agora não, a gente continua com nossos recursos do Pnaes e tem este programa dentro de outro projeto, que é novo. Então o estudante entrou na universidade e ficou comprovado que ele tem este perfil, vai receber um cartão, ele vai administrar seu cartão, ele não vai entrar no pagamento aqui da universidade, um cartão como este que um pesquisador recebe, ele vai no banco, seja onde ele estiver, aqui, no interior, e saca este dinheiro. Isto vem agregar mais recursos para garantir que nenhum estudante deixe a universidade por questões de subsistência. Não tive oportunidade de olhar com detalhe, mas o estudante poderá acumular esta bolsa do cartão com uma bolsa acadêmica, então ele recebe a bolsa permanência e isto não o impede de concorrer a uma bolsa de Pibic, de licenciatura, se ele conseguir a outra bolsa, ele terá uma renda com as duas bolsas totalizando R\$ 800 por mês, um

valor superior a renda familiar de muitas famílias brasileiras. Então eu acredito que nós estamos numa condição muito mais favorável hoje de ter um programa de sucesso, garantir que este aluno permaneça aqui e conclua o seu curso, e desenvolva este País cada vez mais.

JP - Os professores apontam a falta de acompanhamento qualitativo de cotistas...

Orlando - Sim, eu concordo, acho necessário ter um grupo constituído por autoridades, pesquisadores, estudiosos desta questão para acompanhar o desempenho do estudo, necessidades, carências, e fazer a intervenção, no momento que ainda é possível fazer a intervenção, antes do estudante deixar a universidade.

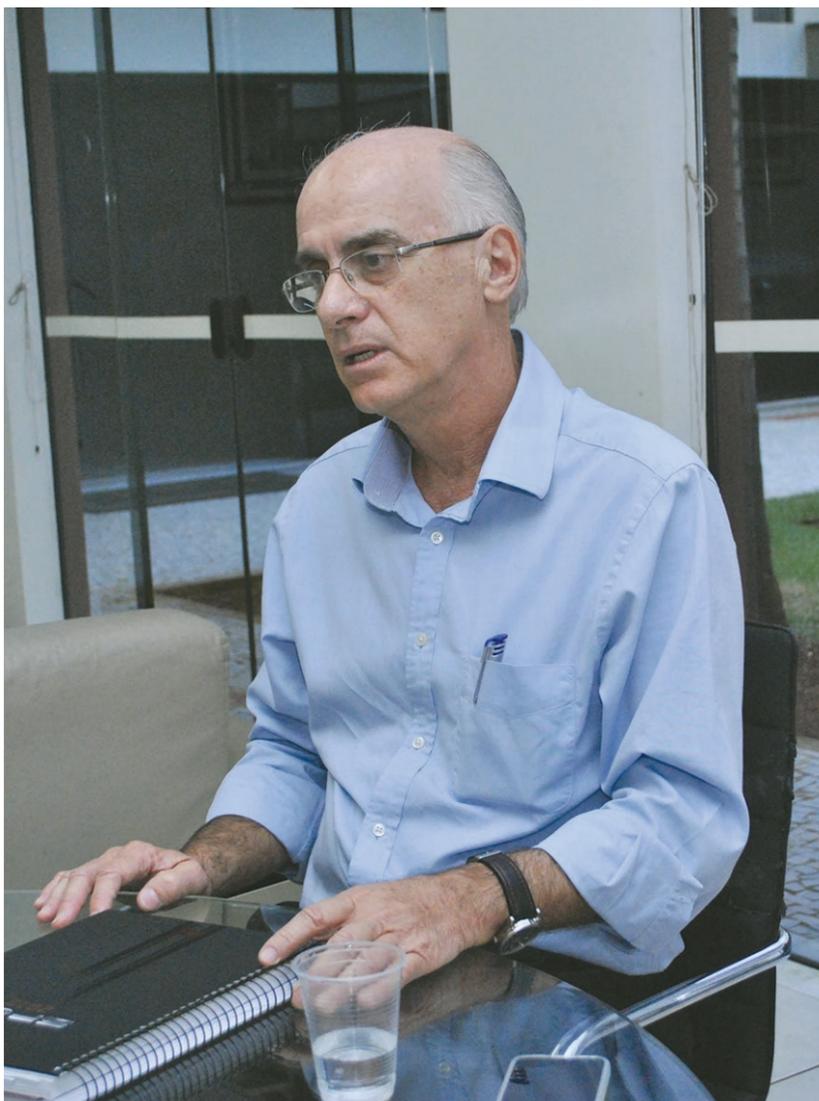
Manoel - O acompanhamento é necessário, mas não só o acompanhamento exigido do ponto de vista do rendimento acadêmico, mas avaliar o contexto geral do programa. É preciso pontuar também para além da questão de cotas, pensar outras esferas de atuação que são cobradas e respondidas pela universidade pública. A universidade investe em ações de formação no campo social que podem ser colocadas neste contexto de inclusão. Por

exemplo, investe numa Licenciatura Intercultural Indígena. Isto envolve não só a presença permanente de indígenas na nossa universidade, mas no intercâmbio de pesquisa e de ensino em várias tribos indígenas. Investe no curso de Direito específico para assentados da reforma agrária, em cursos junto ao Incra, agora mais dois editais grandes de formação de educadores no campo foram contemplados. Junto a quilombolas e indígenas, é um conjunto de ações afirmativas que precisa ser avaliado no seu conjunto. Precisa avaliar porque é óbvio que o governo não deixaria esta tarefa ao setor privado. Esta tarefa é cumprida a duras penas, com o trabalho duro de pesquisadores. Penso que precisamos criar um grupo de trabalho para ajudar a gente a pensar e dar mais qualidade também a este processo, que é mais amplo e a universidade precisa continuar sendo vanguarda neste projeto.

JP - Em nossa última edição, os professores Leandro Gonçalves e Fausto Miziara falaram sobre uma falta de sinergia da administração na gestão das informações geradas pela universidade, sobre a dificuldade de instalar projetos interdisciplinares, e que as experiências exitosas tem modelos de gestão mais flexíveis que o modelo da administração, como os laboratórios multiusuários, por exemplo. Com desfrAGMENTAR a UFG?

Orlando - De fato, aconteceu e acontece na universidade de uma excessiva departamentalização. Cada departamento estanque em seu domínio e com muito pouca interlocução com outros departamentos. A universidade tem feito iniciativas para superar isso, os laboratórios multiusuários, os mestrados interdisciplinares. Isso é um caminho sem volta. Em algumas áreas, não dá para ter laboratórios exclusivos. Nos cursos de maneira geral ainda temos problemas. Uma herança da tradição anterior, do regime seriado, que acabou especializando demais a grade curricular de cada um de seus cursos. Isso gerou problemas graves.

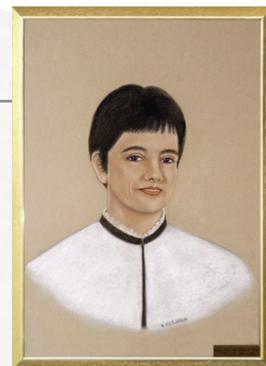
“É um projeto ter mecanismos de fomentar e incrementar as ações internacionais da universidade. Este não é um desafio simples, mas eu tenho certeza que existe na universidade hoje um potencial de cooperação internacional muito grande, uma demanda represada enorme”



Orlando: a universidade tem tomado iniciativas para superar a fragmentação gerada pelo regime seriado

MILCA SEVERINO PEREIRA DOS SANTOS (1998 - 2005)

Primeira dirigente da UFG a ser reeleita. Inaugurou o novo prédio da reitoria no Câmpus Samambaia, em 2002. Em 2005, os campus avançados de Jataí e Catalão são transformados em Câmpus Jataí e Câmpus Catalão, respectivamente. Após seu reitorado, foi convidada a assumir o cargo de Secretária de Estado da Educação, durante o governo Marconi Perillo.



Com a fragmentação, há turmas muito pequenas, quando se poderia juntar alunos, economizando professores. Isso também bloqueia a interação entre estudantes de várias áreas. Entramos por um caminho e queremos agora voltar. Há um movimento na universidade para aglutinar mais disciplinas. É necessário quebrar essa tradição. Criar estruturas interdisciplinares, isso está sendo discutido no novo estatuto. Há inclusive

uma discussão sobre os nomes “interdisciplinar” ou “transdisciplinar”. É claro que há questões administrativas e burocráticas a serem resolvidas. A ideia é que esses núcleos não abriguem professores, que continuem lotados em suas unidades acadêmicas, mas que dediquem parte de seu tempo a núcleos interdisciplinares. Há de se resolver questões práticas, como lançar a carga horária desses professores nesse núcleo que não é sua unidade, como financiar as atividades desse núcleo. Temos algumas experiências, mas ainda tímidas na formação desses núcleos.

Manoel - É uma aposta do novo estatuto, que vai permitir que boa parte das questões que hoje aprisionam as câmaras superiores, questões burocráticas, seja resolvida em cada regional. O que ocorre hoje com as câmaras, ambientes criados para discutir extensão, ensino e pesquisa, a vida da universidade, é que ficam entulhadas de processos burocráticos. A ideia é oxigenar as câmaras para ter representatividade multi nos debates, é uma mudança profunda estatutária, que pode permitir isso. E acredito que as próprias unidades também podem refletir sobre isso. Essa cultura de isolamento precisa ser rompida, uma necessidade premente do mundo da ciência hoje. Há mestrados interdisciplinares que não conseguem abrigo na estrutura atual. O mestrado em Gestão Organizacional, em Catalão, está abrigado na direção porque não tem uma estrutura que abrigue o mestrado interdisciplinar. Cumpre a



Manoel Chaves e Orlando do Amaral: otimismo em relação ao progresso da universidade e do País

“ É mais ou menos natural que algumas atividades o professor vai ter de assumir, da mesma forma que nas nossas casas nós não temos mais empregadas como tínhamos no passado. É uma evolução que está vindo com o desenvolvimento das profissões, os novos perfis profissionais, isto nos afeta também. Pensar num passado onde nós tínhamos pessoas para fazer tudo para os professores, este passado eu acho que não voltará mais ”

nós criar os canais e os mecanismos para aprofundar esse debate, não impor sob que condições isso seria feito, até daria mais visibilidade aos grupos de pesquisa.

JP - Como o Cegraf pode contribuir para aumentar o número de publicações da UFG?

Orlando - Na área tecnológica, não utilizamos muito o Cegraf, mas na área de humanidades entendo que este é realmente um gargalo. A reclamação é de que é lento. É preciso ter mais pessoas no conselho editorial, melhorando sua atuação para dar vazão à produção de livros na universidade. Não tem outro caminho para o Cegraf publicar sem uma análise do conselho editorial, do contrário se torna só uma gráfica. Não tivemos a oportunidade ainda de conversar com o Cegraf, mas vamos aprofundar essa discussão, até para entender que políticas a direção pensa para o futuro.

JP - O que pensa da política cultural da universidade?

Orlando - Na UFG, é uma área muito forte e muito importante. Nas gestões do professor Edward avançamos muito na questão cultural. As opções hoje oferecidas são muito amplas, Museu Antropológico, Rádio Universitária, TV UFG, Cine UFG, Centro Cultural, exposições, Música no Campus, o Centro de Cultura de Eventos. É uma área prioritária sim. A UFG é formadora de quadros qualificados nessa área e dentro da universidade é uma opção muito presente o tempo todo. A atual gestão fez bastante coisa que tem que continuar.

JP - Muito obrigado, professores. Fiquem à vontade para suas considerações finais.

Manoel - Depois de dois mandatos no Câmpus Catalão, estamos bastante estimulados a trabalhar, continuar vendo a universidade cada vez mais consolidada como instituição pública, referenciada pela qualidade. Continuar dando com o professor Orlando, a futura equipe e toda a universidade caminhos para a consolidação desse grande projeto extremamente importante para a sociedade. A gente precisa mudar de patamar e essa contribuição só vem com trabalho árduo de todos nós. Estou muito lisonjeado por estar ao lado do professor Orlando nessa caminhada.

Orlando - Também sou muito otimista em relação à universidade, em relação ao País de maneira geral. Temos oportunidade única de dar um novo salto qualitativo. Passamos na década de 1990 por um período de quase estagnação das universidades brasileiras, quando sofremos com uma falta de perspectivas muito grandes. Hoje conseguimos criar uma base sólida, com toda expansão e melhoria da infraestrutura, para pensar maior e mais longe. A UFG tem essa oportunidade agora, sou muito otimista em relação ao potencial de inserção nacional, de debater os grandes temas nacionais. O desafio é enorme, temos muito o que aprender na discussão e busca de solução de problemas, mas temos uma comunidade muito bem preparada, bem equipada para fazer esse salto qualitativo, que vai levar a UFG a patamares mais altos no cenário das universidades brasileiras.

EDWARD MADUREIRA BRASIL (2006 - 2013)

Reitor em exercício, professor da Agronomia, foi reeleito em 2009. Presidiu a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Tem gestão marcada pela maior expansão da UFG. Anunciou a implantação de dois novos câmpus, em Aparecida de Goiânia e Cidade Ocidental. Em 2012, enfrentou uma das mais longas greves nas IFES brasileiras.

